

A COP30 na Amazônia: o que esperar?

Marcel Bursztyn, Carlos Hiroo Saito, Patrícia Mesquita e Cristiana Dobre

doi:10.18472/SustDeb.v16n3.2025.60681

A realização da COP30 na cidade de Belém, na porta de entrada da Amazônia, é um importante marco para o debate sobre as mudanças climáticas e as responsabilidades dos diferentes países e setores da sociedade ante os desafios a serem enfrentados. Por ser a maior floresta tropical do planeta, onde se encontra a maior biodiversidade, e pelo seu papel na captura de carbono e regulação do regime de chuvas, a Amazônia tem um efeito simbólico e objetivo na condução das estratégias tratadas na conferência.

Belém simboliza e representa a situação de países que, como o Brasil, são marcados pela difícil convivência entre desafios de curto prazo e o imperativo da sustentabilidade. Com uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes em sua região metropolitana, Belém é um retrato das mazelas urbanas que caracterizam as grandes cidades do chamado Sul Global: crescimento desordenado, principalmente na área da habitação, déficit de saneamento ambiental, limitações à mobilidade dos habitantes e infraestrutura insuficiente.

O evento COP30 recebeu representantes de 191 países, membros da ONU, mas também acolheu membros de dezenas de etnias de povos originários, tanto da própria Amazônia brasileira quanto de outros países. Reunidos em torno dos debates sobre a crise climática, vulnerabilidades, mitigação e adaptação, diferentes olhares e interesses puderam ser expostos. Como em outras COPs, ficou evidente o grande vácuo entre o que demonstra a ciência, o que sentem as pessoas e o que os governantes e atores econômicos estão dispostos a assumir como compromisso.

O próprio presidente Lula foi a expressão dessa contradição ao defender durante a COP30 a adoção de um mapa do caminho para gradualmente diminuir a dependência dos combustíveis fósseis, apesar de nas semanas anteriores ao evento ter defendido e trabalhado pela aprovação da licença para pesquisa pela Petrobras visando à exploração de petróleo na Margem Equatorial junto à foz do rio Amazonas.

Ficou evidente que o enfrentamento da mudança climática esbarra nos mesmos desafios que já haviam sido apontados nas COP anteriores: a busca acelerada da eliminação dos combustíveis fósseis, a responsabilidade desigual entre os países de economia central e os de economia periférica, a necessidade de aprovação de documentos por meio consensual que termina por excluir da pauta qualquer tema que provoque divergências e o financiamento para o combate às mudanças climáticas.

Além disso, há questões antigas que permeiam o debate sobre meio ambiente e sustentabilidade, que envolvem percepção, compreensão e engajamento: como traduzir a constatação de que o problema é global em ações em âmbito local, que é onde o mundo real é vivido e percebido pelas pessoas?

Vale lembrar que, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) consagrou o slogan “pensar globalmente, agir localmente”. E agir localmente para remediar o desastre ou para preveni-lo?

Passaram-se 33 anos e ainda nos deparamos com o mesmo problema, que na prática se desdobrou em outras questões.

Como priorizar ações e investimentos públicos em mitigação (longo prazo) e mesmo em adaptação (curto e médio prazos), quando problemas imediatos e socialmente urgentes (fome, saneamento e habitação, por exemplo) são percebidos como mais legítimos e esperados pelas populações?

Quem paga esta conta: os responsáveis pelo problema ou as vítimas?

De que vale agir localmente apenas em certos contextos, se globalmente ainda prevalece a omissão dos grandes agentes causadores do problema? A visão sistêmica das interdependências causais e as interações dos processos multiescalares ainda requer melhor compreensão pelos agentes envolvidos: falta ainda alfabetização científica nesse aspecto.

Em 1992 falava-se em “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Depois disso, ficou evidente que todos são responsáveis. Mas isso ainda não está devidamente internalizado nos processos de decisão pública; nem ao nível de cada nação, nem internacionalmente.

Vivemos hoje uma realidade em que somos informados sobre tudo o que acontece, em toda parte e em tempo real. No entanto, agimos com indiferença em relação ao que atinge “os outros”: tanto os que estão em outros locais quanto os que ainda estão por nascer.

Como consequência, há um enorme desleixo em relação aos grandes desafios que ameaçam a própria vida no planeta, tanto as vidas de nossos vizinhos quanto as das próximas gerações.

Uma coisa é certa: sob todos os ângulos, é mais barato prevenir (localmente) do que remediar (globalmente).

Qual será o legado da COP30? Será semelhante aos das COPs precedentes, em que pouco se implementou do pouco que havia sido acordado?

É inegável que há conquistas políticas importantes, como o reconhecimento pela primeira vez do papel dos povos indígenas na proteção das florestas e na adaptação ao clima, a aprovação de um Plano de Ação de Gênero, a definição de um mecanismo para uma transição justa (*Belém Action Mechanism*) e a adoção de uma Meta Global de Adaptação com um conjunto de indicadores (considerados enfraquecidos) para acompanhar como os países estão se preparando para enfrentar eventos extremos.

Mas, apesar dessas conquistas, será que podemos nos contentar com o que se consagra como “os avanços possíveis”?

Os cientistas fizeram um pronunciamento veemente quando da retirada da referência ao roteiro para acabar com a dependência de combustíveis fósseis e com o desmatamento durante a COP30: “Isso é uma traição à ciência e às pessoas, especialmente os mais vulneráveis, além de totalmente incoerente com os objetivos reafirmados de limitar o aquecimento a 1,5°C e com o quase esgotamento do orçamento de carbono. É impossível limitar o aquecimento a níveis que protejam as pessoas e a vida sem eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento.” (Carlos Nobre – *Science Panel of the Amazon*; Fatima Denton – United Nations University; Johan Rockström – Potsdam Institute for Climate Impact Research; Marina Hirota – Instituto Serrapilheira; Paulo Artaxo – Universidade de São Paulo; Piers Forster – University of Leeds; Thelma Krug – Presidente do Conselho Científico da COP30).

A revista *Sustainability in Debate* não pode deixar de ecoar essas palavras de protesto e defender as posições oriundas da ciência.

Nesta edição, *Sustainability in Debate* reúne artigos que enfrentam diretamente os desafios da crise climática, das desigualdades socioambientais e da governança territorial, combinando análises empíricas rigorosas, abordagens metodológicas inovadoras e reflexões críticas sobre políticas públicas e ação coletiva.

Lefèvre, Assis e Caldas analisam as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul a partir do conceito de “ciclo de atenção”, de Anthony Downs, demonstrando como o interesse público e midiático em torno das mudanças climáticas cresce de forma abrupta após eventos extremos, mas se dissipa rapidamente. Schreiner *et al.* examinam a catástrofe climática de maio de 2024 na Região Metropolitana de Porto Alegre por meio da experiência do Assentamento Filhos de Sepé, enfatizando a centralidade da organização social e da ação coletiva na construção de respostas territoriais. Behr e Duarte analisam os discursos de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas entre 2019 e 2022, demonstrando como o negacionismo ambiental operou como estratégia de coprodução de uma nova ordem epistêmica e política. Brasil Junior *et al.* investigam a relação entre acesso à energia, desenvolvimento local e formas emergentes de urbanidade em pequenas vilas da Amazônia ocidental. A partir do estudo de caso de Caiambé (AM), o artigo demonstra como a transição de sistemas a diesel para sistemas híbridos com energia solar influencia educação, saúde, organização comunitária e segurança energética, contribuindo para trajetórias de desenvolvimento de baixo carbono em sistemas isolados.

Silva, Rodriguez e Francisco analisam a distribuição espacial da vulnerabilidade socioambiental em áreas urbanas suscetíveis a inundações no município de Araruama (RJ). Utilizando dados censitários, registros oficiais e mapeamento em ambiente SIG, o estudo identifica bairros com vulnerabilidade crítica, evidenciando a sobreposição entre exposição ao risco, precariedade social e baixa capacidade de resposta institucional. Maia *et al.* exploram a percepção dos impactos de desastres naturais na Região Serrana Fluminense a partir do olhar de representantes de entidades de apoio às populações afetadas. O artigo evidencia efeitos persistentes sobre saúde mental, educação, habitação e segurança, destacando a ausência de respostas estruturadas do poder público para além do atendimento emergencial. Oliveira *et al.* apresentam uma experiência do Sistema de Informação Geográfica Participativo (SIGp) em Terra Indígena Potiguar, na Paraíba, articulando ciência cidadã, cartografia social e gestão territorial. O estudo demonstra como a produção colaborativa de dados fortalece o reconhecimento de ameaças, conflitos e patrimônios culturais, além de ampliar a autonomia e o protagonismo indígena na defesa de seus territórios. Santos e Tomasella analisam a erosão costeira na Bacia do Rio Paraíba do Sul a partir de mudanças no uso da terra e da dinâmica sedimentar. Os resultados indicam reduções significativas na vazão e no transporte de sedimentos, associadas a barragens, regulação hídrica e transformações territoriais, ao mesmo tempo que destacam a complexidade dos processos costeiros e os limites de explicações simplificadas.

Piacentini e Oliveira investigam a vulnerabilidade climática municipal no oeste do Paraná entre 2012 e 2024 por meio de análise estatística multivariada. Ao identificar padrões espaciais diferenciados de exposição a eventos extremos, o artigo contribui com subsídios metodológicos para o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas.

Guimarães *et al.* analisam os impactos das mudanças climáticas e os ajustes adaptativos de comunidades tradicionais extrativistas no território do Médio Juruá, na Amazônia Central. Com base em dados climáticos e entrevistas, o estudo evidencia como eventos extremos já alteram profundamente os modos de vida locais, enquanto as respostas governamentais permanecem restritas a ações emergenciais, reforçando a necessidade de políticas de adaptação robustas e territorialmente enraizadas.

Por fim, Dobre *et al.* apresentam uma análise histórico-bibliométrica da trajetória da *Sustainability in Debate*, examinando a evolução temática da revista, os padrões de autoria e colaboração, e sua inserção no campo da sustentabilidade. O artigo reflete criticamente sobre o papel do periódico como espaço de mediação entre ciência, política e sociedade, reafirmando sua contribuição para o desenvolvimento de uma agenda crítica e interdisciplinar no Sul Global.

Desejamos uma ótima leitura e um Feliz Ano Novo!

Equipe Editorial